



A CONSTITUIÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA NO ACRE TERRITORIAL NAS TRÊS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Sérgio Roberto Gomes de Souzaⁱ

Professor Associado de História na
Universidade Federal do Acre (UFAC)

RESUMO

Neste artigo procura-se desenvolver alguns diálogos com a constituição dos serviços de saúde pública no Acre Territorial, no decurso das três primeiras décadas do século XIX. As abordagens abrangem dois importantes períodos da história do então Território Federal, no caso, a fase da descentralização política e administrativa, quando o Território foi dividido em departamentos autônomos, administrados por prefeitos indicados pelo governo federal, e a fase de centralização política e administrativa, quando os departamentos foram extintos e um governador, indicado para o cargo da mesma forma que os prefeitos, assumia as funções de chefe do executivo. A perspectiva foi dialogar com documentos oficiais, especificamente relatórios produzidos durante a administração de prefeitos e governadores, priorizando as informações sobre higiene e salubridade. Além dos documentos mencionados, também foram desenvolvidas pesquisas junto a jornais editados no Acre, publicados no período correspondente a proposta de recorte cronológico anteriormente apresentado.

Palavras-chave: Saúde Pública; Território do Acre; Higiene, Salubridade.

ABSTRACT

In this article we try to develop some dialogues with the constitution of public health services in Acre Territorial, during the first three decades of the nineteenth century. The approaches cover two important periods of the political and administrative history of the then Federal Territory, in this case the phase of administrative decentralization, when the Territory was divided into autonomous departments, administered by mayors appointed by the federal government, and the phase of political and administrative centralization, when the departments were extinguished and a governor, indicated in the same way as the mayors, assumed the functions of chief of the executive. The perspective was to dialogue with official documents, specifically reports produced during the administration of mayors and governors, prioritizing information on hygiene and health. In addition to the mentioned documents, researches were also carried out with newspapers published in Acre, published in the period corresponding to the proposal of chronological clipping previously presented.

Keywords: Public Health; Territory of Acre; Hygiene, Health.

Introdução

No decurso das duas primeiras décadas do século XX prevaleceu no então Território Federal do Acre um modelo administrativo descentralizado, implementado através do Decreto do Governo Federal nº 5.188, de 07 de abril de 1904. A partir dessa data, o Território foi dividido em três Departamentos: Alto Juruá, Alto Purus e Alto Acre. Posteriormente, no ano de 1912, foi criado o Departamento do Alto Tarauacá.ⁱⁱ Os Departamentos eram administrados por prefeitos nomeados pelo governo federal, que tinham como uma de suas atribuições o envio de relatórios semestrais para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, exigência estabelecida por meio do artigo nº 12, do já mencionado Decreto nº 5.188/1904.

Em 04 de abril de 1920 o então presidente da República, Wenceslau Brás, assinou o Decreto nº 14.383, extinguindo o modelo departamental e instituindo o regime de governadores, com os ocupantes do novo cargo sendo nomeados pelo governo federal. O primeiro a ser “agraciado” foi o potiguar Epaminondas Jácome, em 1º de janeiro de 1921 (SILVA, 2012). A obrigatoriedade do envio de relatórios para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, assim como ocorria no período departamental, permaneceu.

As estruturas desses relatórios eram muito semelhantes, no geral, compostas de uma apresentação feita pela autoridade responsável, tópicos sobre sede do governo, organização administrativa das Prefeituras, organização do judiciário, mesa de rendas, terras públicas, obras públicas, higiene e salubridade, instrução pública, recenseamento, cadeia, obituário, alimentação, correios, força federal, polícia, conclusões finais e anexos. É possível encontrar de forma recorrente nesses documentos reclamações por mais verbas, elogios ao governo federal e hipérboles, muitas hipérboles. Tinham também em comum a forma superficial como descreviam as ações administrativas supostamente realizadas, o que era justificado, em alguns casos, devido à “falta de tempo”, como se observa na explicação dada pelo prefeito do Departamento do Alto Purus, Candido Mariano:

A fim de atender ao disposto no § 12, art. 4º do Decreto nº 5.188, de 07 de abril de 1904, que organizou o Território do Acre, peço mui respeitosamente vênha a Vossa Excelência para as considerações abaixo, não me sendo possível desenvolvê-las como merece a magnitude do assunto, por me ser vedado fazê-lo presentemente, visto o limitado espaço de tempo (MARIANO, 1905, p. 03).

Se o tempo era “curto” para a elaboração dos relatórios, parecia ser

suficiente para que os administradores incluíssem nesses documentos diversas referências a obras e medidas administrativas, cujas execuções seriam posteriormente questionadas. Um exemplo encontra-se na matéria publicada pelo jornal *O Cruzeiro do Sul*, de 06 de janeiro de 1907, na qual são feitas diversas críticas à administração do ex-prefeito do alto Juruá Gregório Thaumaturgo de Azevedo. Referindo-se a cidade de Cruzeiro do Sul, sede do Departamento, o periódico trazia as seguintes observações:

Porque a verdade é que esta cidade, vista através das pompas do estilo jornalístico e dos documentos oficiais, assombra com seu aparecimento, com seu grande progresso de pouco mais de um ano. São os consideráveis melhoramentos que surgem, as obras que avultam as avenidas, os *boulevards*, as pontes, o Museu Acreano, o Observatório Astronômico, a usina de eletricidade e outras iniciativas asseguradoras de um imenso avanço material ao curto espaço de doze meses. Entretanto, não existe Museu algum, não existe observatório, não existem os formosos edifícios que a fantasia grava nas páginas dos relatórios anuais.ⁱⁱⁱ

Observando-se o cuidado e zelo necessários para dialogar com essas fontes, compreende-se que as mesmas trazem importantes informações sobre a temática a ser discutida nesse artigo, considerando os diversos registros que tratam sobre “higiene e salubridade”, aí inseridas informações sobre a oferta de serviços de saúde, concepções sobre a etiologia das moléstias mais comuns na

região, as terapêuticas e profilaxias defendidas como eficazes.

Da mesma forma, registre-se a importância do diálogo com jornais publicados no Território do Acre nas três primeiras décadas do século XX. Esses periódicos, algumas vezes replicavam as informações contidas nos relatórios de prefeitos departamentais e posteriormente governadores, mas, em alguns momentos, também questionavam as assertivas produzidas por esses administradores, a depender da linha editorial adotada.

REGISTROS SOBRE A OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

97

No ano de 1906 o então prefeito do Departamento do Alto Purus, Candido Mariano, fez constar em seu relatório que não existia na jurisdição que administrava um local público específico, destinado ao atendimento dos doentes que procurassem por serviços médicos (MARIANO, 1906, p. 06). Cerca de dois anos após esse registro, a “Sociedade Beneficente 22 de Maio” concluiria as obras do prédio do hospital de Sena Madureira, inaugurado no dia 22 de maio de 1908.^{iv}

A instituição, de acordo com seu estatuto, tinha por finalidade prestar os socorros necessários aos enfermos, indigentes

ou não, que estivessem em condições de recebê-los. Para tanto, não poderiam estar acometidos por “moléstias crônicas incuráveis e contagiosas de notificação compulsória”.^v Os Indigentes, quando aceitos, deveriam receber gratuitamente os tratamentos e medicamentos disponíveis, diferente dos pensionistas que, para terem acesso a serviços de saúde, precisavam pagar uma diária de 10\$000, sem direito a medicamentos.^{vi}

O registro fotográfico que segue (*foto 01*), realizado durante a inauguração do referido hospital, demonstra pessoas vestidas para uma ocasião solene, o que pode representar a importância da instituição para o Departamento. Ao mesmo tempo, revela uma construção com pequenas proporções e aspecto “precário”, o que possivelmente contribuía para limitar os serviços de saúde oferecidos.

Foto 01: Inauguração do Hospital de Caridade de Sena Madureira em 22 de maio de 1908



Fonte: Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Coleção Fotografias Avulsas; data atribuída entre 1905 a 1911.

No Departamento do Alto Juruá, um artigo conclamando a população a construir uma “casa de caridade” foi publicado no ano

de 1907 pelo jornal *O Cruzeiro do Sul*, em sua edição de nº 50. De acordo com o periódico: “andava em espíritos generosos a

ideia da fundação de um hospital de caridade onde os doentes pobres do Departamento pudessem encontrar abrigo e conforto, tratamento e carinho”.^{vii} Em seu último parágrafo, no entanto, o texto expressava um tom pessimista, quanto à viabilidade do empreendimento, destacando que:

[...] a ideia valia por si mesmo, porque se impunha pela formosura de suas concepções e generosidade de seu intuito, mas, por ser dessas, levava a crer que não vingaria nesses tempos de egoísmo avassalador de todos os ânimos.^{viii}

O movimento parece ter adquirido novo impulso a partir do momento em que passou a ser liderado pela Loja Maçônica Fraternidade Acreana, responsável por viabilizar os meios práticos para a implantação do hospital, devendo fazê-lo “associando-se a muitos cidadãos que trabalhavam para dar corpo e vingamento à humanitária instituição”.^{ix} A novidade foi destacada na edição de nº 53, do jornal *O Cruzeiro do Sul*, que enfatizou não ter sido abandonada “a ideia generosa de fundar-se um estabelecimento onde os pobres do Departamento, quando enfermos, tivessem caridoso e salutar atendimento”.^x O Hospital de Caridade de Cruzeiro do Sul, posteriormente denominado “Santa Casa de Misericórdia”, foi inaugurado no dia 24 de junho de 1917.

Parte dos recursos investidos na construção do prédio veio de quotas lotéricas regularmente repassadas pela Prefeitura Departamental do Alto Juruá à Loja Maçônica Fraternidade Acreana. A partir de 1914, no entanto, estes repasses foram abruptamente suspensos, provocando o atraso da obra e dificultando, após sua inauguração, a manutenção do hospital. Em busca de explicações sobre o ocorrido, o prefeito interino do Departamento, Teixeira Filho, enviou no dia 19 de julho de 1917 telegrama ao delegado fiscal do Tesouro Nacional em Manaus, João Cavalcante de Albuquerque Vasconcelos, solicitando “esclarecimentos”:

Até o exercício de 1914 foi o Hospital de Caridade, aqui inaugurado em 24 de junho do corrente, beneficiado com as quotas lotéricas regularmente recebidas. De então para cá, sofreu esse recebimento uma solução de continuidade, não podendo atualmente esta prefeitura informar com precisão aos interessados porque não tem vindo a as importâncias destinadas às instituições pias, dentre as quais havia sempre o Hospital de Caridade desta cidade sido contemplado.^{xi}

Somente após quatro meses, o delegado fiscal em Manaus prestou os esclarecimentos solicitados, através de telegrama enviado à Prefeitura de Cruzeiro do Sul. Sem maiores delongas, limitou-se a dizer que, por determinação da Diretoria de Contabilidade do Tesouro Público Nacional, a quota de benefícios de lotéricas não

contemplaria nenhuma casa de caridade dos Departamentos do Acre, a partir do ano de 1914.^{xii} Ressalte-se que, no período em que Cunha Vasconcelos ocupou o cargo de governador, os repasses já haviam sido restabelecidos, como demonstra nota publicada pelo jornal *Folha do Acre*, em sua edição nº 594, de 23 de outubro de 1927, noticiando que havia sido aprovada "a aplicação dada pelo governo do Acre às quotas lotéricas do segundo semestre de 1925".^{xiii}

No caso da cidade de Rio Branco, também partiu da imprensa a campanha com intuito de angariar recursos para a construção de um hospital de caridade. O jornal *Folha do Acre* foi um dos entusiastas do movimento, publicando diversos artigos com este fim. Em um deles, na sua edição nº 26, de 26 de fevereiro de 1911, ressaltou que os apelos até então feitos começavam a surtir efeito, com a ideia passando a contar, cada vez mais, com o apoio da sociedade acreana:

Acreditamos, sinceramente, que a propaganda que vimos fazendo em favor da criação de um hospital na cidade de Rio Branco, não será inútil nem improficua porquanto a nossa idéia, desde o primeiro artigo que traçamos a esse respeito, teve o mais franco apoio da sociedade acreana e foi geralmente recebido com as maiores simpatias e adesão. A necessidade urgentíssima da realização dessa filantrópica iniciativa se impõe de uma maneira tão evidente, tão sensível que ninguém desconhece no Acre a enorme falta de um

estabelecimento dessa natureza, lamentando-se geralmente essa falta.^{xiv}

O início das mobilizações por um hospital de caridade no Departamento do Alto Acre coincidiu com movimentos que tinham por intuito a criação de "institutos policlínicos", nas cidades de Rio Branco e Xapuri. O principal objetivo dessas instituições era oferecer assistência médica e hospitalar a associados, que deveriam manter uma contribuição financeira regular^{xv}, o que excluía considerável parcela da população. O fato evidencia que, mesmo os que detinham privilégios financeiros, encontravam dificuldades para ter acesso a serviços de saúde no Território.

Note-se, no entanto, que não era incomum os responsáveis pela estruturação dessas "casas de saúde" arrecadarem recursos e não retribuírem na forma devida. Carta enviada ao jornal *Folha do Acre*, publicada na edição nº 15 de 1910, assinada por um indivíduo que se identificou como "Zé Xapuri", relatou com detalhes como um senhor de nome Álvaro Benício logrou parte da população, arrecadando recursos com particulares e recebendo subvenções da Intendência para a criação de um instituto policlínico que não saiu do papel:

Em junho desse ano instalou-se nessa cidade uma associação que sob o título de Instituto Policlínico Acreano, se propunha a fornecer às pessoas que

contribuíssem com a mensalidade de 20 réis serviços clínico hospitalar e farmacêutico. Sob esses fundamentos, anunciava-se uma casa de previdência que bem merecia as simpatias populares. E assim se fez a propaganda da nova instituição em todo o Alto Acre. O seu fundador, farmacêutico Álvaro Benício de Melo, depositou na ideia que levou a efeito a infundada esperança, porém, pouco tempo depois... Ausentou-se, tendo a Prefeitura subvencionado a sua iniciativa com a verba caridade, cobrada nos impostos de navegação em Porto Acre. Agora, à luz da reflexão, vejamos quais os benefícios proporcionados pelo Policlínico, que a seus contribuintes em virtude das mensalidades pagas, quer aos necessitados e indigentes em virtude dos subsídios prefetural. Quanto ao primeiro, não nos consta que se tivera utilizado dos serviços do Instituto; quanto aos outros, sabemos que alguns foram ali tratados, mas em número que não só não corresponde a cifra de subvenção, como não preenche a necessidade de uma casa de caridade para abrigo dos infelizes que precisam de socorro no Acre. Nestas condições, o Instituto não passa de uma inutilidade onerosa.^{xvi}

Nas pesquisas realizadas nas demais edições da *Folha do Acre*, não foram encontradas outras referências a “institutos policlínicos”. A ênfase passou a ser outra, com a população exortada a desenvolver atos de filantropia. Ganhou força, novamente, o movimento pela implantação de um hospital de caridade na cidade de Rio Branco, instituição denominada pelo citado jornal como uma “oficina do corpo”, capaz de recuperar braços extenuados para o trabalho, como se observa em texto publicado na edição de nº 01, de 14 de agosto de 1910:

É mister tratar do corpo para que o braço desenvolva ação forte e útil. Até o presente, o corpo é assaltado por falta de meios científicos para renová-lo. Nessas paragens, onde o homem precisa desenvolver bastante atividades, não se pode admitir a inexistência de uma oficina de reparo de si próprio, um hospital onde dê entrada e onde se convalesça das várias avalias sofridas no trabalho, das enfermidades contraídas.^{xvii}

A campanha prosseguiu no ano de 1911, como se observa em artigo publicado na edição nº 38 do jornal *Folha do Acre*. No texto, a caridade foi definida como “um dos mais poderosos fatores de ordem social, reparadora da miséria humana e a mediação sublime entre a indigência e a fartura”.^{xviii} Argumentou o periódico que a construção de uma instituição com essas características, assente em princípios altruísticos, representava “um novo elemento de ordem e de grandeza em favor da sociedade”.^{xix} Em seus parágrafos finais, o texto fez uma conclamação aos acrianos, enfatizando a necessidade de prestar socorro aos mais pobres e promover o “progresso da região”:

Não vacilemos, portanto, e atendamos somente a que a criação de um hospital na Empresa é uma necessidade que se impõe, não só em benefício dos que sofrem, como do progresso da região. No primeiro caso, cumpriremos um dever de humanidade para com inúmeros desvalidos que aqui permanecem sem asilo, sem consistência médica, morrendo a míngua por falta de conforto e tratamento, desprotegidos contra a

miséria, numa terra a que a própria natureza deu opulência que nos deslumbram e nos tornam a vida cheia de recursos fáceis. No segundo caso, preencheremos uma falta que de há muito vêm reclamando imediatas providências. São bem sensíveis os prejuízos decorrentes das viagens que as pessoas enfermas são obrigadas a empreender para fora do Departamento, por não haver aqui uma casa de saúde com os necessários requisitos da ciência para o indispensável tratamento. Essas viagens acarretam enormes despesas, além de quase sempre agravarem as enfermidades dos que a realizam, em virtude dos deficientes e inferiores meios de transporte.^{xx}

O movimento parece ter surtido algum efeito, com algumas doações em dinheiro sendo realizadas. Tal fato levou os responsáveis pelo mencionado periódico a afirmarem, de maneira contundente, que os gestos filantrópicos serviam para demonstrar que “a sociedade acreana não era indiferente a esse sublime sentimento que se traduzia na fórmula simples de amar ao próximo como a nós mesmos: a caridade”.^{xxi} Somente o comerciante Raymundo Alves teria doado a importância de 35\$000 (trinta e cinco mil réis), referente a “uma conta que reputava perdida, e que, por isso, lembrava-se de destiná-la ao fim indicado”.^{xxii}

Foi criada, então, a “Grande Comissão Fundadora da Santa Casa”, tendo à frente o prefeito do Alto Acre, Deocleciano Coelho.^{xxiii} Coube à comissão apresentar estudos sobre como se deveria proceder a construção da futura edificação. O jornal

Folha do Acre apressou-se em dar sua contribuição, explicando que se restringiria “a transportar para suas colunas as opiniões predominantes e que estavam de acordo com a profilaxia das moléstias infecciosas”.^{xxiv} As considerações feitas versavam sobre o solo, material de construção, relação de vizinhança, forma do hospital e ventilação, segundo artigo publicado na edição nº 53, de 1911. O fragmento transcrito a seguir, trata sobre o solo:

A influência sanitária do solo depende das condições em suas camadas superficiais do ar, da água e dos materiais fermentáveis e é, exatamente na habitação, onde a permanência do homem é contínua e o espaço é limitado que se poderá receber e observar melhor esta influência. O solo é mais ou menos poroso e permeável. Os espaços livres, ocupados pelos poros, representam de 30% a 40% da massa total, deixando-se atravessar facilmente por gases e líquidos.^{xxv}

Não foi possível mensurar o quanto as “contribuições” do jornal serviram como referência, considerando que, no decorrer dos trabalhos desenvolvidos pela “Grande Comissão”, prevaleceram queixas sobre escassez de recursos. Aliás, esse problema foi apontado como principal obstáculo para a construção de um projeto para a Santa Casa de Rio Branco, capaz de atender, em sua plenitude, preceitos “modernos e higiênicos”. Os relatórios produzidos pela “Grande Comissão” tornaram-se de domínio público,

já que foram divulgados em jornais editados no Departamento, a exemplo de um documento enviado ao então prefeito do Departamento do Alto Acre, Deocleciano Coelho, conforme consta na *Folha do Acre*, na edição de nº 60:

Bem podeis compreender e avaliar a nossa dificuldade e obstáculos que se nos depara para o bom desempenho dessa missão. De um lado existe nosso empenho, o nosso grande desejo de dotar esta cidade com um hospital moderno, obedecendo aos padrões adotados no que há de mais perfeito e completo nos países que ocupam lugar predominante na vanguarda do progresso e da civilização. À medida que a ciência vai progredindo e que novos contingentes de observações e experiências vão surgindo, começamos a observar as transformações que vão passando os estabelecimentos hospitalares. Procuramos para realizar a nossa planta aproximar-nos do sistema tropical, isto é, da construção de pequenos pavilhões isolados ou separados; sistema este que constitui tipo universalmente aceito por estar mais de acordo com os progressos da medicina, da moderna higiene. Não podendo satisfazer as exigências da arquitetura e dos embelezamentos que constituem maior conjunto de atrativos, esforçamo-nos, entretanto, apesar dos exíguos recursos para nos aproximar desse ideal sublime de perfeição e completa higiene.^{xxvi}

O Hospital de Rio Branco, posteriormente chamado de “Augusto Monteiro”^{xxvii}, foi inaugurado no dia 13 de maio de 1918, conforme matéria publicada pelo jornal *Folha do Acre*, três dias após. Segundo o periódico: “Não houve uma só opinião que fosse de encontro aos elogiosos conceitos emitidos a respeito da meritória obra”.^{xxviii}

O prédio, segundo as descrições que constam no referido jornal, e como pode ser observado na fotografia que segue (*foto 02*), dividia-se em dois pavimentos: o térreo era onde se encontravam instaladas a “sala do banco” (local onde os pacientes aguardavam por atendimento), farmácia, gabinete cirúrgico e os banheiros. No pavimento superior localizava-se a enfermaria, com capacidade para 18 leitos. No mesmo terreno, “à distância precisa”, foram edificadas três outros pavilhões, onde estavam instalados o laboratório de análises clínicas, a cozinha e o necrotério.^{xxix} Após funcionar por um breve período, o hospital foi fechado.

103

Foto 02: Hospital de Rio Branco, posteriormente denominado Augusto Monteiro.



Fonte: Acervo Digital do Departamento de Patrimônio Histórico do Acre/Fundação Elias Mansour – FEM, sd.

104

No dia 31 de janeiro de 1921 foi criada em Rio Branco a “Sociedade Beneficente Plácido de Castro”^{xxx}, com o objetivo de arrecadar recursos para reabrir e manter o hospital. Quando a Instituição voltou a funcionar, passou a ser administrada por religiosas da “Ordem das Servas de Maria”^{xxxi}, com a irmã Mercedes Andrello designada para ocupar a função de “administradora geral”. Dois médicos prestavam serviços no local: Freire de Carvalho Júnior e Hélio Abreu. O atendimento à população com consultas dava-se as segundas, quartas e sextas feiras, das 8 horas às 12 horas e das 14 horas às 17 horas. Às terças, quintas e

sábados eram reservados para a realização de pequenas cirurgias, curativos e aplicações de injeções. (VASCONCELOS, 1925, p. 02).

Da mesma forma que nas unidades hospitalares de Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, a direção do hospital Augusto Monteiro convivía com problemas administrativos e financeiros difíceis de serem equacionados. O médico e diretor de Higiene, Hélio Abreu, registrou em relatório enviado ao governador Cunha Vasconcelos uma série de debilidades que precisavam ser resolvidas, enfatizando a inexistência de serviços de profilaxia, a ausência de assepsia na sala cirúrgica e a falta de laboratórios:

Os trabalhos clínicos são realizados visando especialmente a terapêutica curativa dos doentes que se dirigiam ao posto de assistência, deixando de ser atendido o importantíssimo serviço de profilaxia ou terapêutica preventiva, isto é, o emprego de inúmeros processos pelos quais se evitam as moléstias endêmicas, especialmente o impaludismo e as verminoses, destacando-se entre estas a ancilostomose ou opilação, que dia a dia vem dizimando grande parte da população acreana. A profilaxia das doenças infectocontagiosas não tem sido feita, falta-nos especialmente um isolamento para leprosos que transitam pelas ruas desta capital e na dos quatro municípios restantes. A profilaxia da tuberculose ainda está totalmente por se fazer entre nós, bem como da sífilis, a das doenças venéreas e a de todas as demais moléstias contagiosas. Quanto a parte cirúrgica, falta-nos uma sala de operações asséptica, o que muito tem concorrido para a morte de pais e mães de família quando atacados de moléstias que exigem intervenções de alta cirurgia. É necessária a organização de um laboratório para exames bacterioscópios e bacteriológicos, sem o que o serviço clínico nunca será completo. Hoje não se compreende uma clínica sem laboratório (VASCONCELOS, 1925, p. 02).

Um fato chama atenção no documento produzido pelo então diretor de Higiene: o laboratório, que na década de 1910 transformara-se no maior símbolo da (re) invenção do “verdadeiro” Brasil, da “fundação” da nacionalidade, com base em “modernos” paradigmas da medicina experimental (CUKIERMAN, 2003, p. 355),

ainda não havia, efetivamente, “desembarcado” no Acre.

Mesmo com deficiências, o hospital Augusto Monteiro era constantemente visitado por autoridades do Território, ou “personalidades” que estavam de passagem pela cidade de Rio Branco. Diversos foram os que descreveram seus “entusiasmos” no livro de visitas da instituição, a exemplo de Genesco de Castro, irmão do ex-líder da “Junta Revolucionária do Acre”, José Plácido de Castro. De maneira comedida, Genesco fez, a princípio, algumas ressalvas sobre a estrutura física do local, em particular sobre as condições precárias em que funcionava a enfermaria masculina, mas, logo em seguida, lançou mão de um grande repertório de elogios. Suas impressões foram registradas no dia 11 de novembro de 1925:

Um hospital... Um hospital de misericórdia?... Hoje, entretanto, tive a ocasião de penetrar no seu interior, e de surpresa, e não posso calar a verdade sobre a impressão que me causou tudo que aqui encontrei. Pondo de parte o edifício antigo da enfermaria dos homens, cujo estado de conservação não pode mais resistir a ação do tempo, das múltiplas causas que o arrastam para um termo breve a despeito dos esforços que são feitos para sua conservação e mesmo para impressionar a quem o visita, uma coisa ressalta em tudo e, sobretudo – é o cuidado que a higiene é mantida em ambos os edifícios e dependências, o notável cuidado e asseio com que se trata todas as enfermarias. Muito teria a dizer se bem quisesse traduzir minha impressão... Posso, entretanto, afirmar

que depois de Manaus não conheço um hospital que rivalize com esse (VASCONCELOS, 1925, p. 04).

Analisando as fontes, percebe-se a existência de diversos movimentos realizados no Acre, nas décadas de 1910 e 1920, com o intuito de criar e manter espaços capazes de oferecer aos que não dispunham de recursos financeiros, denominados como “indigentes”, serviços de “assistência pública”, sendo assim caracterizadas as consultas, internações, aplicações de injeções, curativos e cirurgias. Os fundos destinados a este fim eram levantados, em sua grande maioria, através da organização de diversos eventos sociais e religiosos como bailes, peças teatrais e quermesses, como se observa na edição nº 296, do jornal *Folha do Acre*, publicada no dia 17 de janeiro de 1920:

Realizou-se, conforme vínhamos noticiando, mais um festival em benefício do hospital Augusto Monteiro, desta cidade, com a reprise da encantadora pastoral “O Natal” e a estréia do mimoso ato alegórico “Alma Exilada”. Madame Olavo Machado deve sentir-se satisfeita pelo magnífico conjunto que obteve para a representação de seus trabalhos teatrais e ainda mais satisfeita deve sentir-se por ter com o fruto de seu talento, pelo valiosíssimo concurso da Família Cunha Vasconcelos e de outras pessoas de nossa elite, concorrido para suavizar as dores daqueles que, batidos pelo infortúnio, vão ao hospital Augusto Monteiro.^{xxxii}

O que não existia, em contrapartida, eram serviços de saúde financiados de maneira regular pelo poder público, fato agravado com a decisão da Diretoria de Contabilidade do Tesouro Público Nacional, de que nenhuma casa de caridade do Acre seria contemplada com repasses de quotas lotéricas, a partir do ano de 1914. Com a centralização administrativa e o fim do regime departamental, no início da década de 1920, o quadro não passou por transformações substanciais.

Durante a administração de Cunha Vasconcelos, foram muitas as solicitações por mais recursos feitas ao governo federal, visando à estruturação dos serviços de saúde no Território. Analisando o relatório de governo de 1925, percebe-se que uma das prioridades era a implantação de três postos itinerantes. A perspectiva era de que fossem organizados como extensão dos hospitais de caridade anteriormente mencionados, mesmo os que estavam fechados ou com dificuldades financeiras (VASCONCELOS, 1925, p. 86). As receitas necessárias ao empreendimento deveriam vir do governo federal, através do Departamento Nacional de Saúde Pública - DNSP. Para tanto, alguns contatos foram mantidos no Rio de Janeiro, deixando o governador eufórico a ponto de afirmar, precipitadamente, que suas demandas já haviam recebido o aval do então ministro da

Justiça e Negócios Interiores, João Luiz Alves, e do “chefe” do DNSP, Carlos Chagas. Se promessas foram feitas, estas não se efetivaram, mantendo-se a DNSP e o Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural - SSPR distantes do Território. Sem os novos aportes financeiros, os “postos itinerantes” não foram instalados, como se observa na seguinte passagem do relatório de 1925:

Tive de ver, infelizmente, adiada a execução desse serviço de tanta relevância, em virtude de não permitir o programa de severas economias a que se impôs o governo da República, que não pode até hoje incluir em seus orçamentos a verba aproximada de 200:000\$000, julgada indispensável para a montagem e custeio do serviço. Tomo a liberdade de voltar a insistir perante Vossa Excelência sobre a indeclinável necessidade de pronta adoção dessas providências, que virão restaurar a saúde e salvar a vida dos habitantes desta região, que, não tendo representação política no parlamento do país, somente pela voz de seu governador, em ocasiões como esta podem fazer chegar aos ouvidos dos poderes públicos o eco do clamor unânime de um heróico povo sofredor, que aqui vive, trabalha, produz, paga tributos e é, na fronteira do Norte, a sentinela avançada da integridade e da dignidade nacional (VASCONCELOS, 1925, p. 86).

Diversos argumentos foram utilizados, como tentativa de convencer o governo federal a liberar recursos para a organização sanitária do Território. Questionou-se inicialmente, que valores bem mais vultosos eram gastos na catequese dos índios: “Para

uma simples civilização de uma raça ainda inculta não se regateiam nos orçamentos, dando folgadas verbas, quando os partidários da seleção natural chegam a proclamar as vantagens de sua extinção”.^{xxxiii} (VASCONCELOS, 1925, p. 87). Por essa perspectiva, acreditava o governador que seria absolutamente injusto “negar ao acreano bravo, destemido, que aqui permanece afrontando toda a sorte de perigo, assistência médica e terapêutica” (VASCONCELOS, 1925, p. 86). Finalmente, justificou-se que qualquer dispêndio financeiro seria recompensado pelo crescimento produtivo da região:

Essa obra de humanidade que atrairá fatalmente para as virgens terras incomparavelmente férteis do Acre uma corrente imigratória concorrerá sobremodo para o aumento da produção e, conseqüentemente, das contribuições fiscais, podendo seu dispêndio classificar-se entre as chamadas despesas reprodutivas (VASCONCELOS, 1925, p. 86).

Não era somente a escassez de recursos que incomodava Cunha Vasconcelos. Some-se a este fator a ausência de autonomia que tinha o governo do Território para administrar as receitas enviadas pela União. Em entrevista ao *Jornal do Brasil* publicada no dia 29 de novembro de 1922 e reproduzida pelo jornal *Folha do Acre* de 18 de janeiro de 1923, o governador afirmou que, entre as inúmeras dificuldades com as quais

conviviam os administradores do Acre, destacava-se a maneira como ocorria a distribuição de créditos, “que ali chegavam através das Delegacias Fiscais e, às vezes, até de uma simples Mesa de Rendas”.^{xxxiv} O motivo para tal fato constituir-se em problema era que mesmo ele, “a mais subida autoridade do Território” (VASCONCELOS, 1925, p. 87), ficava na dependência do delegado fiscal, ou do administrador da mesa de rendas, de quem teria de receber as verbas votadas e prestar contas das despesas feitas^{xxxv}. Outra questão específica sobre serviço de saúde, diz respeito aos recursos destinados ao combate das endemias e epidemias, os quais eram administrados pela SSPR, em Manaus, responsável pela definição dos gastos e pela execução financeira:

Este ano o governo federal mandou dar ao Acre 100:000\$ para as despesas com as endemias reinantes no Território, mas, pôs essa verba a disposição da Profilaxia Rural de Manaus, que não pode aplicá-la convenientemente, por não conhecer as necessidades regionais e por não ter aqui um representante profissional seu. Desse crédito, foi apenas aproveitado a quantia de trinta e tantos (rasurado) contos de réis em medicamento por mim solicitados junto aquela Repartição, embora da aplicação dele fosse, lamentavelmente, esquecida, em prejuízo público, a intervenção do governador que havia requisitado (VASCONCELOS, 1925, p. 87).

A alternativa vislumbrada para romper com a dependência do SSPR foi solicitar do governo federal a liberação de uma verba

anual, destinada a manter os “hospitais de caridade” que existiam no Acre. Todo processo deveria ser feito sem a intermediação do órgão sediado em Manaus, com os recursos controlados pelo governo do Território, que assumiria a responsabilidade de repassá-lo às instituições. A relação dos hospitais com os respectivos valores era a seguinte: Hospital Augusto Monteiro em Rio Branco, 24:000\$000; Hospital Cunha Vasconcelos em Sena Madureira, 18:000\$000 e Santa Casa de Misericórdia em Cruzeiro do Sul, 18:000\$000. A proposta não foi aceita (VASCONCELOS, 1925, p. 87).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decurso das três primeiras décadas do século XX, por mais que os prefeitos departamentais e posteriormente os governadores tratassem sobre o tema em seus relatórios administrativos, percebe-se uma série de dificuldades que pareciam impedir a organização de serviços de saúde pública. As medidas voltadas para a estruturação da assistência pública, denominação que abrangia consultas, exames, curativos e aplicações de injeções, eram, na maioria das vezes, resultantes de ações filantrópicas, realizadas por segmentos sociais que detinham o poder econômico, através de instituições como a Maçonaria, ou Ligas e

Associações criadas para este fim. Neste contexto, foram construídos os hospitais de caridade de Sena Madureira, Cruzeiro do Sul e Rio Branco, inaugurados respectivamente nos anos de 1908, 1917 e 1918.

Os hospitais de caridade, no entanto, eram insuficientes para atender o quantitativo de pessoas que necessitavam dos serviços de saúde, o que contribuiu para que considerável parcela da população, principalmente os que não dispunham de recursos financeiros, tivesse dificuldade para ter acesso a médicos e medicamentos.

A partir do ano de 1920, com o fim do regime departamental e a implantação de um modelo administrativo centralizado, com governadores nomeados pelo governo federal, esboçou-se um processo de aparelhamento do Território com unidades hospitalares. Registros que tratam sobre o tema foram encontrados nos relatórios da administração do governador José Thomaz da Cunha Vasconcelos, publicado no ano de 1925, e em jornais editados no Acre durante o referido período.

O aparelhamento hospitalar do Acre, no entanto, parece ter sido limitado, já que constam nas fontes anteriormente mencionadas, evidências que demonstram o pouco impacto deste processo, que não proporcionou aos habitantes do Território cenários efetivamente diferenciados dos que

existiam no decurso do período Departamental.

REFERÊNCIAS

CUKIERMAN, Henrique. **Yes, nós temos Pasteur: Manguinhos, Oswaldo Cruz e a História da Ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2003.

LIMA, Nísia Trindade de. **Um sertão Chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da Identidade Nacional**. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

MARIANO, Cândido José. **Relatório do Prefeito do Alto Purus apresentado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em 19 de agosto de 1905, pelo prefeito Cândido José Mariano**. Anexo H. In BRAZIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Dr. J. J. Seabra. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. Disponível em <<http://crl.edu/edu/bsd/bsd/u1893/contents.htm>>, acesso em 22 de janeiro de 2009.

MARIANO, Cândido José. **Relatório do Prefeito do Alto Purus apresentado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em 19 de agosto de 1906, pelo prefeito Cândido José Mariano**. Anexo H. In

BRAZIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Dr. J. J. Seabra. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. Disponível em

<<http://crl.edu/edu/bsd/bsd/u1893/contents.htm>>, acesso em 22 de janeiro de 2009.

PERTÍÑEZ, Joaquim. **História da Diocese de Rio Branco – 1878 – 2000**: Rio Branco-AC, Diocese de Rio Branco, sd, pp. 126 a 143.

VASCONCELOS, José Thomaz da. **Relatório apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo Governador do Território do Acre, José Thomaz da Cunha Vasconcelos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. Acervo: Departamento de Patrimônio Histórico do Acre.

SILVA, Francisco Bento da. **Autoritarismo e Personalismo no Poder Executivo Acreano 1921 – 1964**. Rio Branco, AC: EDUFAC, 2012.

PERIÓDICOS

O Alto Purus, 21 de julho de 1910, ano III, nº 121.

O Alto Purus, 09 de novembro de 1913, ano I, nº 2.

O Cruzeiro do Sul. Cruzeiro do Sul – AC, 06 de janeiro de 1907, nº 26.

O Cruzeiro do Sul, 15 de dezembro de 1907, ANO II, nº 50.

O Cruzeiro do Sul, 01 de fevereiro de 1908, ano III, nº 53.

O Cruzeiro do Sul, 20 de novembro de 1917, ano XII, nº 543.

Folha do Acre, 23 de outubro de 1927, ano XVI, nº 594.

Folha do Acre, 26 de fevereiro de 1911, ano I, nº 26.

Folha do Acre, 14 de agosto de 1910, ano I, nº 01.

Folha do Acre, 11 de dezembro de 1910, ano I, nº 15.

Folha do Acre, 21 de maio de 1911, ano I, nº 38.

Folha do Acre, 23 de julho de 1911, ano I, nº 47.

Folha do Acre, 17 de setembro de 1911, ano II, nº 52.

Folha do Acre, 12 de novembro 1911, ano II, nº 60.

Folha do Acre, 24 de setembro de 1911, ano II, nº 53.

Folha do Acre, 20 de novembro de 1920, ano XI, nº 334.

Folha do Acre, 16 de maio de 1918, ano VIII, nº 283.

Folha do Acre, 17 de janeiro de 1920, ano X, nº 296.

Folha do Acre, 18 de janeiro de 1923, ano XIII, nº 447.

Folha do Acre, 03 de fevereiro de 1921, ano XI, nº 354.

NOTAS

ⁱ Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo – USP, Professor Associado da área de História da Universidade Federal do Acre.

ⁱⁱ Para se ter acesso ao teor do Decreto ver: República dos Estados Unidos do Brasil. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Serviço de Documentação. Estados, Territórios e Municípios; documentação. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947, p. 517 a 521.

ⁱⁱⁱ O Cruzeiro do Sul. Cruzeiro do Sul – AC, 06 de janeiro de 1907, nº 26, ano II, p. 01.

^{iv} O Alto Purus, 21 de julho de 1910, ano III, nº 121, p. 01.

^v O Alto Purus, 09 de novembro de 1913, ano I, nº 25, p. 05.

^{vi} O Alto Purus, 09 de novembro de 1913, ano I, nº 25, p. 05..

^{vii} O Cruzeiro do Sul, 15 de dezembro de 1907, nº 50, ano II, p. 01.

^{viii} O Cruzeiro do Sul, 15 de dezembro de 1907, nº 50, ano II, p. 01.

^{ix} O Cruzeiro do Sul, 15 de dezembro de 1907, nº 50, ano II, p. 01.

^x O Cruzeiro do Sul, 01 de fevereiro de 1908, ano III, nº 53, p. 02.

^{xi} O Cruzeiro do Sul, 01 de fevereiro de 1908, ano III, nº 53, p. 02.

^{xii} O Cruzeiro do Sul, 20 de novembro de 1917, ano XII, nº 543, p. 01.

^{xiii} Folha do Acre, 23 de outubro de 1927, ano XVI, nº 594, p. 01.

^{xiv} Folha do Acre, 26 de fevereiro de 1911, ano I, nº 26, p. 01.

^{xv} Folha do Acre, 14 de agosto de 1910, ano I, nº 01, p. 02.

^{xvi} Folha do Acre, 11 de dezembro de 1910, ano I, nº 15, p. 01.

^{xvii} Folha do Acre, 14 de agosto de 1910, ano I, n. 01, p. 03.

^{xviii} Folha do Acre, 21 de maio de 1911, ano I, nº 38, p. 01.

^{xix} Folha do Acre, 21 de maio de 1911, ano I, nº 38, p. 01.

^{xx} Folha do Acre, 21 de maio de 1911, ano I, nº 38, p. 01.

^{xxi} Folha do Acre, 23 de julho de 1911, ano I, nº 47, p. 02.

^{xxii} Folha do Acre, 17 de setembro de 1911, ano II, nº 52, p. 03.

^{xxiii} Folha do Acre, 12 de novembro 1911, ano II, nº 60, p. 03.

^{xxiv} Folha do Acre, 24 de setembro de 1911, ano II, nº 53.

^{xxv} Folha do Acre, 21 de maio de 1911, ano I, nº 38, p. 01.

^{xxvi} Folha do Acre, 12 de novembro de 1911, ano II, nº 60, p. 03.

^{xxvii} Augusto Carlos de Vasconcelos Monteiro foi prefeito do Departamento do Alto Acre, entre maio de 1917 e janeiro de 1919. De acordo com o jornal Folha do Acre, foi um administrador que “muito dispendeu para a construção do hospital”. In: Folha do Acre, 20 de novembro de 1920, ano XI, nº 334, p.01.

^{xxviii} Folha do Acre, 16 de maio de 1918, ano VIII, nº 283, p. 01.

^{xxix} Folha do Acre, 16 de maio de 1918, ano VIII, nº 283, p. 01.

^{xxx} Folha do Acre, 03 de fevereiro de 1921, ano XI, nº 354, p. 01.

^{xxxi} A Congregação das Servas de Maria foi criada em 12 de julho de 1900, em Treviso – Itália, por Madre Elisa Andreoli. No ano de 1911, em Rovigo – Itália, com a incorporação da Reparação Mariana, a Congregação passou a denominar-se como “Servas de Maria Reparadoras”. Em 1921, seis irmãs da Congregação chegaram a cidade de Sena Madureira – Acre, onde desenvolveram atividades nas áreas de educação e saúde. Em 1923, ampliaram suas atividades para outras cidades do Acre, caso de Rio Branco e Xapuri. In: PERTÍÑEZ, Joaquim. História da Diocese de Rio Branco – 1878 – 2000: Rio Branco-AC, Diocese de Rio Branco, sd, pp. 126 a 143.

^{xxxii} Folha do Acre, 17 de janeiro de 1920, ano X, nº 296, p. 01.

^{xxxiii} A maneira como Cunha Vasconcelos refere-se aos indígenas, pode demonstrar a influência dos debates sobre “raça” que permearam as obras e discursos higienistas nas duas primeiras décadas do século XX. Nísia Trindade de Lima ressalta a importância de discernimos duas questões relacionadas: “o papel de determinações de natureza racial ou étnica na transmissão de doenças e [...] a importância do debate sobre inferioridade racial nos projetos para constituir a nacionalidade” (LIMA, 1999, p. 113). Nas diversas construções que foram desenvolvidas sobre o tema, percebe-se “que a ideia da inferioridade racial das populações indígenas e negra encontrava-se legitimada pela ciência da época” (LIMA, 1999, p. 113).

^{xxxiv} Folha do Acre, 18 de janeiro de 1923, ano XIII, nº 447, p. 01.

^{xxxv} Folha do Acre, 18 de janeiro de 1923, ano XIII, nº 447, p. 01.

Recebido em: 20/11/2018.

Aprovado em: 21/12/2018.

Publicado em: 10/01/2019.